

Mulheres, raça e classe

ANGELA DAVIS

São Paulo: Boitempo, 2016. 248p.

Santiane Arias*

Mulheres, raça e classe foi publicado nos Estados Unidos, em 1981. Mais de trinta anos depois, em 2016, no cinquentenário do Partido dos Panteras Negras, a Boitempo lança a primeira edição brasileira. Um intervalo considerável, que valeria ser questionado na apresentação do livro. Os efeitos combinados da opressão de raça e gênero, numa sociedade fundada na exploração do trabalho escravo, nos concernem demais para subestimarmos esse lapso temporal.

O livro é formado por treze capítulos. A tradução, o prefácio e a orelha são escritos por mulheres, duas das quais negras, intelectuais e militantes, tal qual a autora, Angela Davis.

O primeiro capítulo aborda uma relação paradoxal: a escravidão permitiu, involuntariamente, o surgimento de relações igualitárias no seio da família escrava. Dois fenômenos brutais afluíram neste sentido. Primeiro, o trabalho sempre ocupou um enorme espaço na vida das mulheres negras. Segundo, como propriedade, eram desprovidas de humanidade, logo, de gênero. Eram tratadas, especialmente, como força de trabalho, raramente como mãe, esposa e dona de casa; condição que não correspondia à ideologia dominante da feminilidade, desenvolvida fortemente no século XIX. Para Davis: “Essa era uma das grandes

* Professora Adjunta em Ciência Política da Universidade Federal de Alfenas. E-mail: santiane@gmail.com.

ironias do sistema escravagista: por meio da submissão das mulheres à exploração mais cruel possível, exploração esta que não fazia distinção de sexo, criavam-se as bases sobre as quais as mulheres negras não apenas afirmavam sua condição de igualdade em suas relações sociais, como também expressavam essa igualdade em atos de resistência” (p.36).

Resistências, no plural. Esse é o fio que atravessa o livro, especialmente o segundo, o terceiro e quarto capítulos. A partir da história concreta das organizações de mulheres nos Estados Unidos, a autora demonstra o entrelaçamento entre racismo e sexismo, de onde os sucessivos encontros, nem sempre harmônicos, da luta contra a escravidão com o combate à desigualdade de gênero.

A expressiva presença de mulheres brancas nas associações abolicionistas não foi um fenômeno aleatório. Para Davis, existia algo no abolicionismo que as atraía mais do que qualquer outro movimento reformista. Havia uma correlação entre a imagem do escravo dócil, servil, incapaz, e aquela da mulher mãe, amorosa, frágil, dedicada exclusivamente ao lar. A despeito das diferenças socioeconômicas, ambos compartilhavam atributos que lhes negavam reconhecimento político.

As operárias, embora livres, eram confinadas em ambientes insalubres, submetidas a extensas jornadas de trabalho e salários baixos. Não era, assim, estranho que vissem refletidos na própria condição os traços da escravidão. Essa familiaridade, contudo, não foi proporcional ao seu envolvimento nas organizações antiescravagistas, as mulheres da classe média e da burguesia emergente eram as mais envolvidas na luta abolicionista. Davis consegue conjugar aqui as inúmeras contradições das relações concretas sem perder de vista um movimento amplo e geral – a atuação das mulheres brancas no abolicionismo preparou o terreno sobre o qual incidiriam as sufragistas; ao afirmar, reiteradamente, o seu direito de opor-se à escravidão por meio de conferências, declarações, petições ou publicações, essas mulheres questionavam implícita e explicitamente sua exclusão da arena política.

Sororidade, incompreensão e conflito entrelaçados. Por certo, existiam grandes diferenças entre as condições das mulheres brancas livres e as mulheres negras escravas; existiam ainda diferenças entre as brancas de classe média e as operárias e, por fim, diferenças no seio daquelas (sulistas ou ianques) e destas (nascidas no país ou imigradas). Essas diferenças, amiúde, resultavam em divergências políticas que Davis capta muito bem. A ausência de negras nas atividades organizadas pela Sociedade Antiescravagista Feminina de Nova York, bem como a omissão das reivindicações das trabalhadoras nas campanhas pelos direitos das mulheres, traduziam os limites (e o horizonte de raça e classe) dessas lutas.

No capítulo cinco, Davis dimensiona o peso social e político dessas ausências. Com a abolição, grande parte das mulheres negras ainda trabalhavam no campo; a maioria, no entanto, eram domésticas. O fim da escravidão reforçou os conflitos raciais – questão abordada sob diferentes ângulos nos capítulos sete, oito e nove. A ideologia racista, legitimada pelo discurso científico, alcançou intelectuais e organizações progressistas, como as sufragistas. A tensão cresceu quando, após a

abolição, foi concedido direito de voto aos homens negros, e não às mulheres. O que esses movimentos não perceberam, lamenta Davis, é que o conflito racial não emergiu de modo espontâneo, ele foi conscientemente planejado por representantes da classe econômica em ascensão, minando, assim, a unidade da classe trabalhadora.

A instituição e legalização do linchamento, da segregação e do sistema de contratação de pessoas encarceradas atingiam diretamente a população negra; homens e mulheres eram igualmente vítimas de detenções e prisões sob os menores pretextos para que fossem cedidos pelas autoridades como mão de obra carcerária. As gangues no sul do país promoviam em larga escala o linchamento de homens negros e o estupro de suas filhas e companheiras. A violência sexual, os direitos reprodutivos e o controle de natalidade são questões que aparecem enredadas na trama da exploração da força de trabalho feminina, particularmente a negra.

Desde a escravidão, o poder exercido pelo proprietário sobre o trabalho da mulher negra lança mão de recursos indiferentes ao gênero, como o açoite, mas igualmente outros que só poderiam ser infligidos a elas: “O estupro não era, em nenhum sentido, um fenômeno isolado. Não acontecia em uma ou outra propriedade”. Dito de outro modo: “O estupro, na verdade, era uma expressão ostensiva do domínio econômico do proprietário e do controle do feitor sobre as mulheres negras na condição de trabalhadores” (p.20).

Ao longo do livro, a autora procura resgatar o papel histórico das trabalhadoras brancas e negras na luta pela igualdade. Nesse sentido, destaca que antes mesmo da conhecida convenção de mulheres, realizada em Seneca Falls, em 1848, as operárias da indústria têxtil realizavam paralisações e greves por melhores salários. O capítulo dez é dedicado ao papel das socialistas e comunistas no debate sobre classe, raça e sexo. Também as mulheres negras há muito atuavam em favor da liberdade e da igualdade; entre as muitas lutas empreendidas, Davis detalha a experiência da Underground Railroad – rota de fuga de escravos do Sul para o Norte, operação que contava, em grande medida, com mulheres.

É difícil fazer justiça à riqueza do livro. Ele aborda algumas ausências importantes da historiografia e tem mobilizado estudiosos para avançar, com maior precisão teórica e histórica, os estudos sobre a mulher negra na escravidão, as trabalhadoras na luta por direitos, as socialistas no feminismo, entre outros temas.

Como escreveu Davis, logo no primeiro capítulo: as pesquisas sobre a escravidão nos Estados Unidos cresceram ao longo do século XX, e cada novo estudo declarava ter decifrado o verdadeiro sentido dessa instituição. Sem minimizar a importância desse crescimento, ela ressalva a ausência da mulher escrava como questão específica: “Se, e quando, alguém conseguir acabar do ponto de vista histórico, com os mal-entendidos sobre as experiências das mulheres negras escravizadas, ela (ou ele) terá prestado um serviço inestimável. Não é apenas pela precisão histórica que um estudo desses deve ser realizado; as lições que ele pode reunir sobre a escrava trarão esclarecimentos sobre a luta atual das mulheres negras e de todas as mulheres em busca de emancipação” (p.17).

Não me parece que seja outra a proposta de *Mulheres, raça e classe*.